

Termo de Referência 31/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
31/2024	390004-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS	MARCO AURELIO CORREIA DE SOUZA	19/03/2024 15:13 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	4/2024	50000.019724 /2023-08

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de serviços para o fornecimento parcelado de refeições e lanches de bordo em aeronaves da Força Aérea Brasileira — FAB (comissaria aérea), utilizadas pelo Ministro de Estado dos Transportes – MT e pelo Ministro de Estado de Portos e Aeroportos - MPOR, e suas comitivas que porventura venham a acompanhá-los, em seus deslocamentos oficiais partindo do Aeroporto Internacional de Brasília e/ou Base Aérea de Brasília, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO I	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL	QUANTIDADE ESTIMADA BIANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL	VALOR TOTAL BIANUAL
	1	Água de coco natural -500 ml	00001777-9	unid	200	400	R\$ 15,12	R\$ 3.024,00	R\$ 6.048,00
	2	Água Mineral com gás - 500 ml	00001777-9	unid	100	200	R\$ 4,22	R\$ 422,00	R\$ 844,00
	3	Água Mineral sem gás - 500 ml	00001777-9	unid	432	864	R\$ 3,96	R\$ 1.710,72	R\$ 3.421,44
	4	Almoço/Jantar	00001777-9	unid	120	240	R\$ 68,18	R\$ 8.181,60	R\$ 16.363,20
	5	Salada de frutas – pote individual 150g	00001777-9	unid	200	400	R\$ 5,75	R\$ 1.150,00	R\$ 2.300,00
	6	Breakfast frio	00001777-9	unid	600	1.200	R\$ 40,29	R\$ 24.174,00	R\$ 48.348,00

7	Breakfast quente	00001777-9	unid	648	1.296	R\$ 41,03	R\$ 26.587,44	R\$ 53.174,88
8	Copo plástico transparente - 300 ml Pct /50	00001777-9	unid	2.000	4.000	R\$ 0,97	R\$ 1.940,00	R\$ 3.880,00
9	Frios variados	00001777-9	Kg	48	96	R\$ 99,00	R\$ 4.752,00	R\$ 9.504,00
10	Queijo cremoso Individual 20g	00001777-9	unid	200	400	R\$ 3,35	R\$ 670,00	R\$ 1.340,00
11	Gelo cubo	00001777-9	kg	600	1.200	R\$ 2,93	R\$ 1.758,00	R\$ 3.516,00
12	Guardanapo (34 x 34 cm.) pct c/ 50	00001777-9	unid	24	48	R\$ 11,45	R\$ 274,80	R\$ 549,60
13	Iogurte de frutas - 120 g	00001777-9	unid	120	240	R\$ 5,28	R\$ 633,60	R\$ 1.267,20
14	Refrigerante cola normal - Lata 330 ml	00001777-9	unid	1.200	2.400	R\$ 5,39	R\$ 6.468,00	R\$ 12.936,00
15	Refrigerante cola zero - Lata 330 ml	00001777-9	unid	960	1.920	R\$ 5,40	R\$ 5.184,00	R\$ 10.368,00
16	Refrigerante guaraná normal - Lata 330 ml	00001777-9	unid	408	816	R\$ 5,37	R\$ 2.190,96	R\$ 4.381,92
17	Refrigerante guaraná zero - Lata 330 ml	00001777-9	unid	408	816	R\$ 5,41	R\$ 2.207,28	R\$ 4.414,56
18	Sanduíche de frango	00001777-9	unid	192	384	R\$10,53	R\$ 2.021,76	R\$ 4.043,52
19	Sanduíche de peito de peru	00001777-9	unid	192	384	R\$ 9,42	R\$ 1.808,64	R\$ 3.617,28
20	Sanduíche misto	00001777-9	unid	480	960	R\$ 5,95	R\$ 2.856,00	R\$ 5.712,00
21	Sanduíche Natural	00001777-9	und	192	384	R\$ 10,46	R\$ 2.008,32	R\$ 4.016,64
22	Serviço de entrega - Handling (pequeno porte)	00001777-9	unid	144	288	R\$ 61,68	R\$ 8.881,92	R\$ 17.763,84
23	Suco natural de laranja 1lt	00001777-9	unid	312	624	R\$ 12,93	R\$ 4.034,16	R\$ 8.068,32

24	Sucos de sabores variados e diet - 1 Litro	00001777-9	unid	312	624	R\$ 12,79	R\$ 3.990,48	R\$ 7.980,96
25	Mix de Castanhas Pct 200g	00001777-9	unid	200	400	R\$ 20,31	R\$ 4.062,00	R\$ 8.124,00
26	Amendoim 40g	00001777-9	unid	200	400	R\$ 5,51	R\$ 1.102,00	R\$ 2.204,00
27	Barra de Cereal sem Açúcar	00001777-9	unid	200	400	R\$ 5,80	R\$ 1.160,00	R\$ 2.320,00
28	Achocolatado em Pó Lata 400GR - Referência Nescau Ou Equivalente, similar ou de melhor qualidade	00001777-9	und	24	48	R\$ 7,25	R\$ 174,00	R\$ 348,00
29	Leite Integral 1L	00001777-9	unid	50	100	R\$ 8,46	R\$ 423,00	R\$ 846,00
30	Leite sem Lactose 1L	00001777-9	unid	15	30	R\$ 14,38	R\$ 215,70	R\$ 431,40
31	Leite em Pó Lata 400GR	00001777-9	Unid	24	48	R\$ 27,19	R\$ 652,56	R\$ 1.305,12
TOTAL GERAL							R\$ 124.718,94	R\$ 249.437,88

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista ser de caráter permanente e contínuo, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 37115342000167-0-000001/2023

- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- III) Id do item no PCA: 77
- IV) Classe/Grupo: 859 - Outros Serviços de Suporte
- V) Identificador da Futura Contratação: 390004-2/2023

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 6ª Edição de setembro de 2023:

4.1.1. A CONTRATADA observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, a Resolução RDC ANVISA 182, de 2017, alterada pela RDC 331/2019 e Resolução RDC 173/2006 – bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

4.2. Os serviços deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade, assim como os descritos abaixo, quando possível:

4.2.1. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.

4.2.2. Realização de separação dos resíduos recicláveis descartados durante os voos.

4.2.3 Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.2.4. Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

4.2.5. Observar as demais diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar desta contratação.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: imediatamente após a assinatura do contrato por meio de emissão da Ordem de Serviço - OS.

5.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.2.1. O serviço de comissaria aérea deverá ser prestado partindo do Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek e a Base Aérea de Brasília, sob demanda, conforme solicitação e gerência do Contratante, de acordo com as necessidades das missões institucionais.

5.2.2. As solicitações deverão ser emitidas pelo respectivo Cerimonial dos Gabinetes dos Ministros ou pelo gestor do contrato, por intermédio dos servidores designados para tal fim, incluindo a especificação dos produtos necessários para a ocasião, a quantidade, data e horário.

5.2.3. Pode haver a necessidade de entrega do serviço de comissaria em outros aeroportos do Brasil, sendo este serviço preferencialmente prestado com produtos industrializados ou por parceiro local, de acordo com a disponibilidade do Contratado, sendo imprescindíveis a manutenção dos padrões de qualidade e exigências estabelecidas nesta contratação.

5.2.4. Nos fornecimentos de lanches/refeições, devem ser incluídos os serviços de *handling*, os quais deverão ser efetuados por veículo adequado ao transporte de alimentos.

5.2.5. Quando solicitado, devem ser disponibilizadas opções de refeições que atendam passageiros com restrições alimentares, como vegetariano, diabéticos, intolerantes/alérgicos a glúten e/ou lactose, dentre outros.

5.2.6. A solicitação do serviço pode ser feita em qualquer dia da semana, durante o dia ou à noite, inclusive aos finais de semana e feriados, devendo observar a antecedência exarada neste Termo.

5.2.7. O serviço será solicitado previamente por servidor indicado para tal fim, por escrito, em formulário próprio, ou por mensagem eletrônica, no qual serão especificados todos os produtos necessários, a quantidade, a data, o local, o horário, dados da aeronave e demais informações conforme Apêndice II (Modelo Ordem de Serviço) deste documento.

5.2.8. A solicitação para o fornecimento de bebidas, lanches, refeições e demais produtos deverão ser enviada à empresa preferencialmente com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da decolagem, ressaltando, no entanto, que, em casos excepcionais, poderão ocorrer solicitações em regime de urgência, em que os serviços deverão ser prestados em um período mínimo de 6 (seis) horas antes da decolagem, por telefone (mensagem eletrônica e ligação telefônica), e-mail ou por escrito.

5.2.9. Tal variedade deverá ser disponibilizada pela CONTRATADA durante a vigência do contrato, podendo ser alterada, a qualquer momento, por determinação do gestor do contrato;

5.2.10. Os serviços serão recebidos por servidor indicado para tal fim, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek e na Base Aérea de Brasília, sob demanda, conforme solicitação e gerência do contratante, de acordo com as necessidades das missões institucionais:

5.4. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.4.1. A preparação da entrega das refeições deve ser concluída até 1h (uma hora) antes da decolagem da aeronave, seja no Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek ou na Base Aérea de Brasília, onde quer que a aeronave esteja localizada.

5.4.2. A quantidade de refeições a ser preparada deve corresponder às instruções detalhadas fornecidas por meio de uma ordem de serviço, documento similar ou e-mail enviado pelo fiscal de contrato.

Rotinas a serem cumpridas

5.5. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.5.1. Os serviços serão aferidos mensalmente por meio de Instrumento de Medição de Resultados - IMR;

5.5.2. O serviço será solicitado previamente por servidor indicado para tal fim, por meio de e-mail ou contato telefônico, no qual serão especificados todos os produtos necessários conforme o Apêndice II – ORDEM DE SERVIÇO deste Termo de Referência determinando a quantidade de cada um dos itens solicitados, local, entre e outras informações;

5.5.3. A solicitação do serviço pode ser feita em qualquer dia da semana, durante o dia ou a noite, inclusive nos finais de semana, devendo observar a antecedência pactuada;

5.5.4. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

5.5.5. Dispor de profissionais qualificados para a execução dos serviços;

5.5.6. Emitir recibo contendo o detalhamento da comissaria entregue (de acordo com pedido efetuado) com os respectivos preços unitários, incluindo o "*handling*", que aqui se entende como serviço de entrega na aeronave dos itens solicitados, bem como o total de cada item;

5.5.7. Apresentar o correspondente recibo, por ocasião da entrega do material na aeronave, para a assinatura do oficial ou do comissário de bordo destacados para o voo;

5.5.8. Especificar, nas faturas, o número do pedido que a originou, anexando cópia do recibo de entrega do material, devidamente assinado pelo oficial ou pelo comissário de bordo destacados para o voo;

5.5.9. Aceitar os pedidos de comissaria, por escrito ou e-mail, até 6 (seis) horas antes da decolagem prevista quando em regime de urgência;

5.5.10. Deverão ser igualmente aceitas pequenas alterações de quantidade, limitado a 20% (vinte por cento) da solicitação inicial, desde que efetuadas com antecedência mínima de 4h (quatro horas) da decolagem, por telefone, e-mail ou por escrito;

5.5.11. Aceitar o cancelamento parcial ou total dos pedidos de comissaria, desde que comunicados com antecedência de 6h (seis horas) da decolagem prevista, por telefone, e-mail ou por escrito.

5.5.12. Quando solicitado, devem ser disponibilizadas opções de refeições que atendam passageiros com restrições alimentares;

5.5.13. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato, sendo a prestação dos serviços sujeita a emissão da ordem de serviço ou documento similar, pelo fiscal.

Materiais a serem disponibilizados

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.6.1. Por almoço/jantar, o qual se entende a refeição completa de almoço ou jantar, conforme solicitação da CONTRATANTE, contendo entrada (exemplos: salada caprese, salada de macarrão etc.), prato principal (carne, frango, ave ou fruto do mar, com acompanhamentos) e sobremesa (exemplos: pudim, mousse, torta, frutas fatiadas), além dos itens básicos, como talheres de excelente resistência, guardanapos, palitos, cachês (ketchup, maionese, mostarda, sal, açúcar, azeite, vinagre, barbecue e demais condimentos/temperos).

5.6.2. Por breakfast, o qual se entende o café da manhã, devendo conter, no mínimo, um tipo de pão, manteiga em sachê, geleia em sache, frios fatiados e/ou frutas, suco e/ou iogurte, um prato principal (exemplos: sanduíche, panqueca, omelete etc.) frio ou quente, conforme item solicitado pela CONTRATANTE, além dos itens básicos, como talheres de excelente resistência, guardanapos, palitos, cachês (ketchup, maionese, mostarda, sal, açúcar, azeite, vinagre, barbecue e demais condimentos/temperos).

5.6.3. Por lanche, o qual se entende pela refeição rápida entre o almoço e o jantar, devendo conter, no mínimo, uma opção de pão ou bolo, manteiga em sachê, frios fatiados e/ou frutas, suco, um prato principal (exemplos: sanduíche, torta salgada, quiche, etc.) frio ou quente, conforme item solicitado pela CONTRATANTE, além dos itens básicos, como talheres de excelente resistência, guardanapos, palitos, cachês (ketchup, maionese, mostarda, sal, açúcar, azeite, vinagre, barbecue e demais condimentos/temperos).

5.6.4. Utilizar produtos de primeira qualidade, frescos e dentro do prazo de validade estipulado pelas entidades sanitárias;

5.6.5. Utilizar material e implementos compatíveis com as "galleys" das aeronaves que atendem ao CONTRATANTE;

5.6.6. Fornecer todo o material necessário à execução dos serviços como os pratos, copos e talheres descartáveis de excelente resistência;

5.6.7. Saco de lixo;

5.6.8. Papel toalha e talheres descartáveis (kit talher); e

5.6.9. Embalagens de excelente resistência.

5.6.10. Os itens deverão ser armazenados para transporte em embalagem Caixa de base branca com tampa transparente – MATERIAL PET e acondicionadas em gelo seco.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7 As demandas serão realizadas pelos respectivos ministérios e têm como base as seguintes características:

5.7.1. Funcionamento 24 (vinte e quatro) horas, inclusive finais de semana e feriados;

5.7.2. Solicitação para o fornecimento de bebidas, lanches, refeições e demais produtos enviados à empresa, preferencialmente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ressaltando que, em casos excepcionais, esta poderá ocorrer em regime de urgência, com antecedência mínima de 6 (seis) horas;

5.7.3 Utilização de transporte adequado com relação à carga e descarga do material, assim como compartimento de carga refrigerado até o seu recebimento, mantendo os itens perecíveis adequados para consumo, quando já embarcados no veículo;

5.7.4 As bebidas, lanches, refeições e demais produtos serão entregues até 1h (uma hora) antes da decolagem do voo;

5.7.5 A solicitação poderá ser cancelada, total ou parcialmente, observando a antecedência de 6h (seis horas), sem ônus para os Ministérios.

5.7.6. Deverão ser igualmente aceitas pequenas alterações de quantidade, limitado a 20% (vinte por cento) da solicitação inicial, desde que efetuadas com antecedência mínima de 4h (quatro horas) da decolagem por telefone, e-mail ou por escrito;

5.7.7. Por ocasião da entrega do material na aeronave, a Contratada deverá apresentar um recibo para assinatura (delivery) do oficial ou comissário destacado para o voo. Esse recibo deverá conter o detalhamento da comissaria entregue (de acordo com o pedido efetuado), com os preços unitários, incluindo o *handling* (serviço de entrega feita diretamente na aeronave), bem como o total de cada item.

5.7.8. Disponibilizar semanalmente o cardápio com, no mínimo, três opções de cada tipo de refeição (almoço, jantar, *breakfast* frio, *breakfast* quente, lanche frio e lanche quente).

5.7.9. O CONTRATANTE definirá, em momento oportuno, a variedade do cardápio para se compor as refeições.

5.7.10. As informações referentes às quantidades estimadas de consumo de itens dentro da atividade tipificada tiveram por base de 84 viagens realizadas no período de janeiro a julho de 2023 pelos Cerimoniais dos Gabinetes dos Ministros.

5.7.11. As programações das viagens a serem realizadas pelos Ministros são imprevisíveis, dependendo de variáveis não controláveis, além da imprevisibilidade das definições, podendo ocorrer a qualquer momento, desde que consideradas relevantes.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.15. O fiscal técnico do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal técnico do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice III, OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produziu os resultados acordados,

7.1.1.2. deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Cumprimento dos horários pré-determinados nas solicitações de comissaria;

7.3.2. Confeção do cardápio de acordo com a solicitação de comissaria;

7.3.3. Limpeza e higiene do local de confecção do serviço, bem como dos meios de transporte, equipamentos e utensílios utilizados na produção; e

7.3.4 Qualidade dos serviços prestados.

7.3.4.1. Quanto ao indicador no subitem

7.3.4 (Qualidade dos serviços prestados) este poderá ser analisado por meio de pesquisa de satisfação junto ao público usuário.

7.3.5. O IMR deverá ser efetuado periodicamente pela fiscalização de forma a gerar relatórios mensais que servirão de fator redutor para os cálculos dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados, com base nas pontuações constantes dos relatórios.

7.3.6. O objetivo deste IMR é definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade da Contratada na execução da prestação dos serviços de comissaria aérea.

7.3.7. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) visa a estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

7.3.8. O prestador de serviço poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.3.9. A Contratada emitirá a nota fiscal com valor que esteja em conformidade com relatório encaminhado pela Fiscalização com base na tabela de "Faixas de ajuste de pagamento" prevista no Apêndice III - Índice de Medição de Resultados - IMR.

7.3.10. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas do Apêndice III - Índice de Medição de Resultados - IMR.

7.3.11. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

7.3.12. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

7.3.13. As tabelas do Apêndice III - Índice de Medição de Resultados - IMR apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

7.3.14. A avaliação de qualidade dos serviços prevista no IMR será calculada da seguinte forma:

7.3.14.1. Para cada item serão atribuídas as avaliações "ruim", "bom" e "ótimo".

7.3.14.2. Para cada análise será atribuída um valor, conforme abaixo:

Ruim - pontuação 0 (zero)

Regular - pontuação 1 (um)

Bom - pontuação 3 (três)

Ótimo - pontuação 4 (quatro)

7.3.14.3. Após a conversão em valores será realizada a soma dos pontos obtidos na Avaliação de Qualidade. A pontuação total máxima será 20 (vinte) pontos.

7.3.15. Faixas de ajuste de pagamento:

7.3.15.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

7.3.15.2. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo.

7.3.15.3. Pontuação total do serviço = Indicador 1 + Indicador 2 + Indicador 3 + Indicador 4.

7.3.15.4. Os pagamentos devidos relativos a cada mês de referência devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme fórmula apresentada na tabela "FAIXA DE AJUSTE DE PAGAMENTO" contida no Apêndice III - Índice de Medição de Resultados - IMR.

7.3.16. As avaliações abaixo de 40 pontos por três vezes ensejarão a rescisão do contrato.

7.3.17. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços.

7.3.18. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.3.19. O representante da CONTRATANTE, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores previstos na legislação vigente.

7.3.20. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

7.3.21. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

7.3.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- 7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)
- 7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades
- 7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à

inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, ou por outro documento equivalente.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento, ou por outro documento equivalente.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal

e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Formas de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por Preço Unitário, mediante agrupamento dos itens em lote único por não ser possível definir previamente as quantidades dos serviços a serem executados.

8.2.1 Os serviços serão executados por demanda.

8.2.2 Os quantitativos estabelecidos neste documento são meramente estimativos, podendo haver variações nas quantidades solicitadas para cada item, desde que respeitado como limite anual o valor previsto para 12 (doze) meses de execução contratual.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de **5%** do valor total estimado da contratação.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.27. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.28.1.1. A empresa deverá apresentar atestado comprovando que executou serviços compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a **01 (um) ano**;

8.28.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

8.28.1.3. Os serviços deverão ter sido prestados de forma satisfatória;

8.28.1.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.28.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 249.437,88

9.1. O custo estimado anual da contratação é de R\$ 124.718,94 (Cento e vinte e quatro mil, setecentos e dezoito reais e noventa e quatro centavos), correspondendo a um valor total bianual de **R\$ 249.437,88 (Duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2023 e 2024, a cargo do Ministério dos Transportes. O planejamento das despesas decorrentes da aquisição do objeto deste instrumento está previsto nos recursos alocados a Administração mediante arranjo colaborativo entre os órgãos enquanto perdurar essa situação, especialmente quanto ao compartilhamento de atividades de administração patrimonial, de material, de gestão de pessoas, de serviços gerais, de orçamento e finanças, de contabilidade, de logística, de contratos, de tecnologia da informação, de planejamento governamental e gestão estratégica e de outras atividades de suporte administrativo realizadas por meio de arranjos colaborativos entre Ministérios.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001 / UG 390004

II) Fonte de Recursos: 1000

III) Programa de Trabalho: 26.122.0032.2000.0001;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Obrigações da Contratante

11.1. São obrigações do Contratante:

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

11.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

11.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. Obrigações da Contratada

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

12.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

12.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

12.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

12.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

12.1.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

12.1.24. Seguir as normas estabelecidas e aplicadas pelo COMAER, INFRAERO ou correspondente, pela ANAC, ANVISA e demais entes de regulação.

12.1.25. Responsabilizar-se, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE, pelo descarte do material utilizado, conforme disposto na Instrução Normativa n.º 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber, aplicando os critérios de sustentabilidade ambiental, observando a destinação final dos resíduos.

12.1.26. Especificar, nas faturas, o número do pedido que a originou, anexando cópia do recibo de entrega do material, devidamente assinado pelo oficial ou pelo comissário de bordo destacados para o voo.

13. Alteração Subjetiva

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. Reajuste

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. Das Sanções Administrativas

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

15.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

15.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “15.1.2”, “15.1.3” e “15.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

15.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “15.1.5”, “15.1.6”, “15.1.7” e “15.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens “15.1.2”, “15.1.3” e “15.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.2.4. **Multa:**

15.2.4.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritas no subitem “15.1.5” a “15.1.8” do subitem 15.1, de 0,2% a 3,2% do valor do Contrato.

15.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem “15.1.3” do subitem 15.1, de 0,1% a 15% do valor do Contrato.

15.2.4.4. Para infração descrita na alínea “15.1.2” do subitem 15.1, a multa será de 0,1% a 10% do valor do Contrato.

15.2.4.5. Para infrações descritas na alínea “15.1.4” do subitem 15.1, a multa será de 0,1% a 10% do valor do Contrato.

15.2.4.6 Para a infração descrita na alínea “15.1.1” do subitem 15.1, a multa será de 0,1% a 5% do valor do Contrato.

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021) Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será

descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

15.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

15.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

15.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

16. Obrigações Pertinentes à LGPD

16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

16.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

16.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

16.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

17. Garantia da Execução

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

17.1.1 Há restrição mercadológica para a contratação dos serviços pretendidos, sendo que somente duas empresas realizam o atendimento dos demais órgãos, os quais possuem instrumentos contratuais que prestam o serviço de Comissaria de Bordo;

17.1.2 Os serviços serão executados por demanda, portanto é imprevisível especificar o quantitativo a ser utilizado durante a vigência contratual;

17.1.3. Em caso de desinteresse das empresas especializadas na prestação dos serviços de Comissaria de Bordo, tal situação custará o dispêndio de recursos financeiros e humanos para estes Ministérios, em razão da necessidade de repetição do certame.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCO AURELIO CORREIA DE SOUZA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 19/03/2024 às 14:43:47.

SABRINA BORGES HOLANDA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 19/03/2024 às 15:13:39.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - APENDICE I - ETP16_2024 -.pdf (182.53 KB)
- Anexo II - APENDICE II - ORDEM DE SERVICO DE COMISSARIA.pdf (97.16 KB)
- Anexo III - APENDICE III - IMR.pdf (139.92 KB)

Anexo I - APENDICE I - ETP16_2024 -.pdf

Estudo Técnico Preliminar 16/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 50000.019724/2023-08

2. Introdução

2.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

2.2. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2.3. Conforme o Boletim de Gestão de Pessoas/SIGEP – BGP n.º 7.9, Ano 7, em 13 de julho de 2023, por meio da Portaria n.º 680, de 11 de julho de 2023, foram designados os servidores para compor a Equipe de Planejamento da Contratação de uma empresa especializada no fornecimento de alimentação (fornecimento parcelado de refeições e lanches) para atender os passageiros (Ministros e comitivas) nos voos realizados pelos Ministério dos Transportes - MT e Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR, em caráter oficial.

2.4. Assim, esta equipe elaborou o estudo preliminar referente à contratação mencionada para análise de sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, a fim de atender melhor às necessidades da Administração, em conformidade com o disposto no artigo 24 e no Anexo III, ambos da IN SEGES/MP n.º 5/2017.

3. Objeto

3.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço para o fornecimento parcelado de refeições e lanches de bordo em aeronaves da Força Aérea Brasileira — FAB (comissaria aérea), utilizadas pelo Ministro de Estado dos Transportes e pelo Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, e comitivas que porventura venham a acompanhá-los, em seus deslocamentos oficiais partindo do Aeroporto Internacional de Brasília e/ou Base Aérea de Brasília, conforme condições, quantidades e exigências pré-estabelecidas

3.2. Trata-se de um serviço continuado, pois a sua execução está associada a continuidade das atividades da Administração deste Ministério, cuja necessidade pode ser estendida por mais de um exercício financeiro, fazendo-se imprescindível que haja a disponibilidade ininterrupta da prestação deste serviço, conforme art. 15 da IN SEGES/MP n.º 5/2017.

3.3. Essa nova contratação visa substituir o Contrato n.º 27/2020 (SUPER n.º. 3543892), tendo em conta o expressivo aumento da demanda pelos serviços de comissaria aérea. Isso ocorre uma vez que a nova estrutura ministerial, estabelecida na Medida Provisória n.º 1.154, de 01 de janeiro de 2023, convertida na Lei n.º 14.600, de 19 de junho de 2023, desmembrou o Ministério da Infraestrutura em duas pastas, sendo uma delas o Ministério dos Transportes - MT e a outra o Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR. Assim, conforme previsto no inciso V do Art. 5º da Portaria MGI n.º 43, de 31 de janeiro de 2023, o MT passou a ser o provedor de serviços administrativos ao MPOR mediante arranjo colaborativo,

especialmente quanto ao compartilhamento de atividades de administração patrimonial, de material, de gestão de pessoas, de serviços gerais, de orçamento e finanças, de contabilidade, de logística, de contratos, de tecnologia da informação, de planejamento governamental e gestão estratégica e de outras atividades de suporte administrativo realizadas por meio de acordos entre Ministérios.

4. Descrição da necessidade

4.1. Conforme estabelecido no inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e no [art. 9º, inciso I, da IN 58/2022](#), a presente solicitação de contratação visa atender, quando necessário, os passageiros (Ministros e comitivas) dos voos realizados pelos MT e MPOR, em aeronaves da FAB, em caráter oficial.

4.2. A programação das viagens a serem realizadas pelos respectivos Ministérios é imprevisível, dependendo de variáveis não controláveis, além da intempestividade das definições, podendo ocorrer a qualquer momento desde que consideradas relevantes.

4.3. O presente procedimento de contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, por ser não possível definir previamente e com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados e incentivar o cumprimento de prazos e ser indicado para a execução de serviço por demanda, de acordo com o art. 6º, XXIX, alínea a da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Para a definição da demanda, bem como para justificar a necessidade, foram colhidas manifestações das áreas que atuam na organização das viagens e na agenda dos Senhores Ministros, tendo sido verificado que a prestação do serviço de comissaria a bordo é de suma importância, pois, muitas vezes, as viagens realizadas pelos Senhores Ministros e comitivas são longas, sendo necessário o fornecimento de refeições a bordo das aeronaves. Os serviços incluem café da manhã servido em solo em virtude de apresentação para embarque nas primeiras horas do dia, tempo de espera para reunir integrantes da missão que se originam de outras localidades e eventuais atrasos na preparação da aeronave.

4.5. A necessidade de representar o Brasil em reuniões de trabalho e visitas oficiais a outros países com o objetivo de desenvolver relações comerciais, políticas e econômicas justifica a realização das viagens em tela e a consequente contratação da comissária aérea.

4.6. Sua habitualidade é configurada pela necessidade da atividade ser prestada mediante contratação de terceiros de forma perene com a finalidade de assegurar o serviço de comissaria de forma rotineira e permanente, permitindo o funcionamento das atividades finalísticas dos MT e MPOR, de modo que suas interrupções comprometem a prestação do serviço público com eficiência e eficácia.

4.7. Assim, a contratação se torna necessária e visa suprir as necessidades aqui apontadas.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assessoria de Cerimonial e Agenda - CERIM (MT)	SABRINA BORGES HOLANDA
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro - CGGM (MT)	MARCO AURELIO CORREIA DE SOUZA

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1. A deliberação que atende aos interesses e necessidades da Administração está em conformidade com o inciso III do § 1º do artigo 18 da Lei 14.133/2021 e o Artigo 9º, inciso II, da IN 58/2022. Esta solução

envolve a prestação de serviços continuados de serviço de bordo em aeronaves da FAB, utilizadas pelos Ministros do MT e MPOR, e comitivas que porventura vierem a acompanhá-los, em seus deslocamentos oficiais, partindo do Aeroporto Internacional de Brasília ou Base Aérea de Brasília, de acordo com as condições, quantidades e exigências pré-estabelecidas.

6.2. Para atender às necessidades é fundamental a concretização da contratação de empresa especializada em comissaria, respeitando requisitos mínimos: capacidade técnica da licitante vencedora, de modo a comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto pretendido. Para tanto, haverá a necessidade de realizar licitação, por meio de pregão eletrônico do tipo menor preço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário.

6.3. Visto que a necessidade de sua manutenção é contínua, a vigência da contratação deverá ser por 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogável por até 10 anos, de acordo com os Arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

6.4. Na prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá:

6.4.1. dispor de profissionais qualificados para a execução dos serviços;

6.4.2. disponibilizar semanalmente o cardápio com, no mínimo, três opções de cada tipo de refeição (almoço, jantar, breakfast frio, breakfast quente, lanche frio e lanche quente);

6.4.2.1. Por almoço/jantar entende-se a refeição completa de almoço ou jantar, conforme solicitação da CONTRATANTE, contendo entrada (exemplos: salada caprese, salada de macarrão etc.), prato principal (carne, frango, ave ou fruto do mar, com acompanhamentos) e sobremesa (exemplos: pudim, mousse, torta, frutas fatiadas), além dos itens básicos, como talheres de excelente resistência, guardanapos, palitos, cachês (ketchup, maionese, mostarda, sal, açúcar, azeite, vinagre, barbecue e demais condimentos /temperos);

6.4.2.2. Por breakfast entende-se o café da manhã, devendo conter, no mínimo, um tipo de pão, manteiga em sachê, geleia em sache, frios fatiados e/ou frutas, suco e/ou iogurte, um prato principal (exemplos: sanduíche, panqueca, omelete etc.) frio ou quente, conforme item solicitado pela CONTRATANTE, além dos itens básicos, como talheres de excelente resistência, guardanapos, palitos, cachês (ketchup, maionese, mostarda, sal, açúcar, azeite, vinagre, barbecue e demais condimentos/temperos);

6.4.2.3. Por lanche entende-se pela refeição rápida- entre o almoço e o jantar, devendo conter, no mínimo, uma opção de pão ou bolo, manteiga em sachê, frios fatiados e/ou frutas, suco, um prato principal (exemplos: sanduíche, torta salgada, quiche, etc.) frio ou quente, conforme item solicitado pela CONTRATANTE, além dos itens básicos, como talheres de excelente resistência, guardanapos, palitos, cachês (ketchup, maionese, mostarda, sal, açúcar, azeite, vinagre, barbecue e demais condimentos /temperos);

6.4.3. utilizar produtos de primeira qualidade, frescos e dentro do prazo de validade estipulado pelas entidades sanitárias;

6.4.4. utilizar material e implementos compatíveis com as "galleys" das aeronaves que atendem ao CONTRATANTE;

6.4.5. fornecer todo o material necessário à execução dos serviços como os pratos, copos e talheres descartáveis de excelente resistência;

- 6.4.6. emitir recibo contendo o detalhamento da comissaria entregue (de acordo com pedido efetuado) com os respectivos preços unitários, incluindo o "handling", que aqui se entende como serviço de entrega na aeronave dos itens solicitados, bem como o total de cada item;
- 6.4.7. apresentar o correspondente recibo, por ocasião da entrega do material na aeronave, para a assinatura do oficial ou do comissário de bordo destacados para o voo;
- 6.4.8. especificar, nas faturas, o número do pedido que a originou, anexando cópia do recibo de entrega do material, devidamente assinado pelo oficial ou pelo comissário de bordo destacados para o voo;
- 6.4.9. aceitar os pedidos de comissaria, por escrito ou e-mail, até 8 (oito) horas antes da decolagem prevista;
- 6.4.10. deverão ser igualmente aceitas pequenas alterações de quantidade, desde que efetuadas com antecedência mínima de 4 (quatro) horas da decolagem, por telefone, e-mail ou por escrito;
- 6.4.11. aceitar o cancelamento parcial ou total dos pedidos de comissaria, desde que comunicados com antecedência de 6 (seis) horas da decolagem prevista, por telefone, e-mail ou por escrito;
- 6.4.12. para o perfeito fornecimento dos bens materiais, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades neste termo estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário;
- 6.4.13. visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, a licitada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade abaixo discriminadas na execução dos serviços, quando couber;
6. 4.14. que a empresa forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 6.4.15. respeite as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- 6.4.16. que utilizem na execução dos serviços equipamentos com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), nos termos da Portaria nº 164/INMETRO/2012; e
- 6.4.17. que utilizem na execução dos serviços equipamentos que possuam Selo Ruído, com indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução CONAMA Nº 267/2000.

6.5. Assim como deve atender a seguinte legislação:

6.5.1. O art. 6 e seus incisos da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010:

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas CONTRATADAS adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades CONTRATANTES estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

A Constituição Federal em seu Art. 170, VI:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

6.5.2. A Lei nº 14.133/2021, Art. 11, I, II, III e IV:

assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.”

Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das

contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

6.5.3. Lei nº 8.078/1990, art. 18, § 6º II, II e III:

§ 6º São impróprios ao uso e consumo:

I - os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos;

II - os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;

III - os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.

6.5.4. A Lei nº 12.187/2009, art. 6º:

Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos.

6.5.5. Por fim, é necessário observar os critérios de sustentabilidade e atender aos requisitos estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme previsto na Lei 14.133/2021.

6.6. Não será necessária a transição contratual diante do objeto da prestação do serviço. Por se tratar de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios à área de competência legal do órgão licitante, podem ser executados de forma indireta, sendo vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado, assim como descrito no Parágrafo único do art. 9º da IN nº 05/2017:

Art. 9º Não serão objeto de execução indireta na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional:

- atividades que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

- as atividades consideradas estratégicas para o órgão ou entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

- as funções relacionadas ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

- as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

Parágrafo único. As atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias às funções e atividades definidas nos incisos do caput podem ser executadas de forma indireta, sendo vedada a transferência de responsabilidade para realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

6.7. Há somente o deslocamento local para o fornecimento dos bens, não há necessidade de hospedagem para a realização do serviço.

6.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.9. Modelo de Gestão do Contrato

6.9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.9.6. A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA dar-se-á por meio telefônico (aplicativo de mensagem e ligação telefônica), e-mail ou ainda ofício (que poderá ser enviado via Sistema Eletrônico de Informações - SEI).

6.10. Preposto

6.10.1. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.11. Fiscalização

6.11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela equipe de fiscalização do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.11.2. A fiscalização da prestação dos serviços terá como mecanismos adicionais de controle, adequados à natureza dos serviços, quando couber, a fiscalização no momento da execução contratual e a verificação de relatórios.

6.11.3. A verificação do cumprimento da obrigação da CONTRATADA de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado, durante todo o seu período de execução, será feita mediante relatórios; esses são gerados após a realização da fiscalização dos serviços prestados e atendimento das demandas e obrigações nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

6.11.4. O Aceite será realizado com base na contratação de itens recebidos à lista de itens solicitados, no momento de recebimento dos mantimentos. O procedimento para os aceites consta no item 9 deste documento.

6.12. Fiscalização Técnica

6.12.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.12.2. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.12.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.12.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.12.7. O fiscal técnico do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.12.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal técnico do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.13.1. Os serviços serão aferidos mensalmente por meio de Instrumento de Medição de Resultados - IMR;

6.13.2. O serviço será solicitado previamente por servidor indicado para tal fim, por meio de e-mail ou contato telefônico, no qual serão especificados todos os produtos necessários conforme o Apêndice II – FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE COMISSARIA deste Termo de Referência determinando a quantidade de cada um dos itens solicitados, local, entre e outras informações;

6.13.3. A solicitação do serviço pode ser feita em qualquer dia da semana, durante o dia ou a noite, inclusive nos finais de semana, devendo observar a antecedência pactuada;

6.14. Gestor do Contrato

6.14.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.14.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.14.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.14.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais

penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.14.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.14.8. Por se tratar de serviço comum de fornecimento de bens materiais (fornecimento parcelado de refeições e lanches) de bordo, sem emprego de mão de obra exclusiva não há a necessidade de alocação gradativa de pessoal.

7. Previsão no Plano de Contratações Anual

7.1. De acordo com as normas e regulamentos aplicáveis (Lei 14.133/21, [IN 58/2022](#) e [Decreto n.º 10.947/2022](#)), é indispensável que a contratação esteja prevista no plano anual de contratações, alinhada ao planejamento estratégico do órgão ou entidade. Nesse contexto, a contratação do serviço de comissaria aérea se faz necessária para garantir a continuidade das atividades destes Ministérios, em conformidade com o artigo 15 da IN SEGES/MP n.º 5/2017.

7.2. Por se tratar de serviço de comissaria de bordo, que tem como função atender às demandas dos MT e MPOR, no que diz respeito à alimentação e bem estar dos Senhores Ministros e suas comitivas em voos oficiais nacionais e internacionais, o objeto a ser contratado está relacionado ao Planejamento Estratégico destas Pastas no que diz respeito ao fundamento de Aprimoramento da Gestão da Logística e a Infraestrutura Interna.

7.3. Devido à relevância da comissaria para voos oficiais da FAB, a demanda está inclusa no PCA - Plano de Contratação Anual para execução no presente exercício de 2023, de acordo com o Decreto n. 10.947, de 25 de janeiro de 2022, com o intuito de atender às necessidades logísticas e garantir a efetividade das políticas públicas destes Ministérios.

8. Levantamento de Mercado

8.1. Para a contratação em tela foram analisados processos similares ao pretendido por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas, com o objetivo de encontrar a solução que melhor atende as necessidades do MT e MPOR, tem uma estimativa de preços como referência para a realização dessa contratação, onde foram identificadas as informações a seguir:

ÓRGÃO	UASG	MODALIDADE DE COMPRA	OBJETO	FORNECEDOR

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	440001	PREGÃO ELETRÔNICO nº09/2021	Contratação de serviço de comissaria aérea no Aeroporto Internacional de Brasília - DF, de acordo com a DEMANDA. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Contrato nº 20/2021	Basic Construções Ltda
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	410003	PREGÃO ELETRÔNICO nº3/2023	O objeto da presente licitação Contratação de serviço de comissaria aérea às aeronaves da FAB utilizadas pelo Ministro em deslocamentos oficiais. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Contrato nº 8/2023	Basic Construções Ltda
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	110322	PREGÃO ELETRÔNICO nº003/2022	O objeto da presente licitação Contratação de serviço de comissaria aérea às aeronaves da FAB utilizadas pelo Presidente da República Fundamento Legal: Lei 8666/93. Contrato nº 003/20232	RA Catering Ltda
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	240101	PREGÃO ELETRÔNICO nº05/2021	O objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de comissaria aérea no Aeroporto Internacional de Brasília-DF, de acordo com a DEMANDA, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Contrato, anexo do Edital. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Contrato nº 33/2021	Basic Construções Ltda

8.2. Durante a análise supramencionada, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é o pregão eletrônico, que tem como tipo o menor preço, por se tratar de objeto comum onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, conforme que institui o art. 29 da lei 14.133 /2021.

8.3. Nas contratações similares, em análise, não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada, visando preservar a relação custo-benefício em face dos serviços serem considerados comuns.

8.4. Com base em levantamento de mercado, o tipo de solução escolhida é a que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando em conta economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas do mercado.

9. Descrição da solução como um todo

9.1. Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1.º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso IV da IN 58/2022.

9.2. A presente contratação tem por objetivo prover suporte necessário ao atendimento de demandas nas viagens realizadas pelos Ministros de Estado dos Transportes e de Portos e Aeroportos, visando o cumprimento de suas respectivas competências em missões institucionais.

9.3. Considerando que muitas viagens são de longa duração e que ocorrem, inclusive, em horários extraordinários, torna-se essencial a contratação de empresa especializada na execução de serviços de comissaria para a administração, gerenciamento e fornecimento de refeições e lanches a serem serviços nos deslocamentos de interesse institucional das autoridades supracitadas.

9.4. O fornecimento de bebidas, lanches, refeições e demais produtos, deverá ser realizado no Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek e na Base Aérea de Brasília, conforme solicitação e gerência dos Órgãos, de acordo com as demandas das missões institucionais.

9.5. A solicitação para fornecimento de bebidas, lanches, refeições e demais produtos poderá englobar os percursos de ida e volta, a depender da necessidade, sendo o serviço de retorno preferencialmente com produtos industrializados.

9.6. As demandas serão realizadas pelos respectivos ministérios, e têm como base as seguintes características:

9.6.1 Funcionamento 24 (vinte e quatro) horas, inclusive finais de semana e feriados;

9.6.2. Solicitação para o fornecimento de bebidas, lanches, refeições e demais produtos enviados à empresa, preferencialmente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ressaltando que, em casos excepcionais, esta poderá ocorrer em regime de urgência, com antecedência mínima de 6 (seis) horas;

9.6.3. Utilização de transporte adequado com relação à carga e descarga do material, assim como compartimento de carga refrigerado até o seu recebimento, mantendo os itens perecíveis adequados para consumo, quando já embarcados no veículo;

9.6.4. As bebidas, lanches, refeições e demais produtos serão entregues até 30 (trinta) minutos antes da decolagem do voo; e

9.6.5. A solicitação poderá ser cancelada, total ou parcialmente, observando a antecedência de 6 (seis) horas, sem ônus para os Ministérios.

9.7. Foram verificadas as soluções de mercado dos demais órgãos da Administração Pública, no entanto, apesar da restrição mercadológica para a contratação dos serviços pretendidos, optou-se pela realização de Pregão, em conformidade com a prática de outras Pastas Ministeriais e também por serem executados de forma continuada.

9.8. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

9.8.1. O fornecimento de bens deverá ser prestado no Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek e na Base Aérea de Brasília, sob demanda, conforme solicitação e gerência do CONTRATANTE, de acordo com as necessidades das missões institucionais;

9.8.2. Nos fornecimentos de bebidas, lanches, refeições e demais produtos, devem ser incluídos os serviços de handling, os quais deverão ser efetuados por transporte adequado;

9.8.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar semanalmente o cardápio com, no mínimo, três opções de cada tipo de refeição (almoço, jantar, breakfast frio, breakfast quente, lanche frio e lanche quente);

9.8.4. O CONTRATANTE definirá, em momento oportuno, a variedade do cardápio para se compor as refeições. Tal variedade deverá ser disponibilizada pela CONTRATADA durante a vigência do contrato, podendo ser alterada, a qualquer momento, por determinações dos gestores ou fiscais responsáveis pela fiscalização do contrato. Caso a CONTRATADA não possa atender à requisição, deverá apresentar opções que mais se aproximem do solicitado;

9.8.5. Quando solicitado, devem ser disponibilizadas opções de refeições que atendam passageiros com restrições alimentares;

9.8.6. A solicitação do serviço pode ser feita em qualquer dia da semana, durante o dia ou a noite, inclusive nos finais de semana, devendo observar a antecedência pactuada;

9.8.7. O serviço será solicitado previamente por servidor indicado para tal fim, por meio de e-mail ou contato telefônico, no qual serão especificados todos os produtos necessários, determinando a quantidade de cada um dos itens solicitados, local (Aeroporto Internacional de Brasília/Base Aérea de Brasília), entre outras informações;

9.8.8. A solicitação para o fornecimento de bebidas, lanches, refeições e demais produtos deverão ser enviada à empresa preferencialmente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da decolagem, ressaltando, no entanto, que, em casos excepcionais, poderão ocorrer solicitações em regime de urgência, em que os serviços deverão ser prestados em um período mínimo de 6 (horas) horas antes da decolagem, por telefone (aplicativo de mensagem e ligação telefônica), e-mail ou por escrito;

9.8.9. Deverão ser igualmente aceitas pequenas alterações de quantidade, desde que efetuadas com antecedência mínima de 4 (quatro) horas da decolagem, por telefone, e-mail ou por escrito;

9.8.10. Aceitar o cancelamento parcial ou total dos pedidos de comissaria, desde que comunicados com antecedência de 6 (seis) horas da decolagem prevista, por telefone, e-mail ou por escrito.

9.8.11. As bebidas, lanches, refeições e demais produtos serão entregues até 30 (trinta) minutos antes da decolagem do voo;

9.8.12. Os serviços serão recebidos por servidores indicados para tal fim, para efeito de verificação de sua conformidade

9.8.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos em tempo hábil para que não haja atraso na decolagem da aeronave, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

9.8.14. Por ocasião da entrega do material na aeronave, a CONTRATADA deverá apresentar um recibo para assinatura (delivery) do oficial ou comissário destacado para o voo. Esse recibo deverá conter o detalhamento da comissaria entregue (de acordo com o pedido efetuado), com os preços unitários, incluindo o *handling* (serviço de entrega feita diretamente na aeronave), bem como o total de cada item.

9.8.15. Especificar, nas faturas, o número do pedido que a originou, anexando cópia do recibo de entrega do material, devidamente assinado pelo oficial ou pelo comissário de bordo destacados para o voo.

9.8.16. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato, sendo a prestação dos serviços sujeita a emissão da ordem de serviço ou documento similar, pelo fiscal.

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

10.1. Conforme estabelecido no inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020, a estimativas das quantidades das viagens a serem realizadas pelos Ministros é imprevisível, dependendo de variáveis não controláveis, além das definições repentinas, podendo ocorrer a qualquer tempo desde que consideradas relevantes.

10.2. Os quantitativos e respectivo código dos itens são os discriminados na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL	QUANTIDADE ESTIMADA BIANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL	VALOR TOTAL BIANUAL
1	Água de coco natural -500ml	00001777-9	unid	200	400	R\$ 14,88	R\$ 2.976,00	R\$ 5.952,00
2	Água Mineral com gás - 500 ml	00001777-9	unid	100	200	R\$ 4,22	R\$ 422,00	R\$ 844,00
3	Água Mineral sem gás - 500 ml	00001777-9	unid	432	864	R\$ 4,38	R\$ 1.892,16	R\$ 3.784,32
4	Almoço/Jantar	00001777-9	unid	120	240	R\$ 68,18	R\$ 8.181,60	R\$ 16.363,20
5	Salada de frutas – pote individual 150g	00001777-9	unid	200	400	R\$ 5,75	R\$ 1.150,00	R\$ 2.300,00
6	Breakfast frio	00001777-9	unid	600	1.200	R\$ 40,29	R\$ 24.174,00	R\$ 48.348,00
7	Breakfast quente	00001777-9	unid	648	1.296	R\$ 41,03	R\$ 26.587,44	R\$ 53.174,88
8	Copo plástico transparente - 300 ml Pct/50	00001777-9	unid	2.000	4.000	R\$ 0,97	R\$ 1.940,00	R\$ 3.880,00
9	Frios variados	00001777-9	Kg	48	96	R\$ 99,00	R\$ 4.752,00	R\$ 9.504,00
10	Queijo cremoso Individual 20g	00001777-9	unid	200	400	R\$ 2,89	R\$ 578,00	R\$ 1.156,00
11	Gelo cubo	00001777-9	kg	600	1.200	R\$ 2,93	R\$ 1.758,00	R\$ 3.516,00
12	Guardanapo (34 x 34 cm.) pct c/ 50	00001777-9	unid	24	48	R\$ 11,45	R\$ 274,80	R\$ 549,60
13	Iogurte de frutas - 120 g	00001777-9	unid	120	240	R\$ 5,28	R\$ 633,60	R\$ 1.267,20
14	Refrigerante cola normal - Lata 330 ml	00001777-9	unid	1.200	2.400	R\$ 5,39	R\$ 6.468,00	R\$ 12.936,00

GRUPO I	15	Refrigerante cola zero - Lata 330 ml	00001777-9	unid	960	1.920	R\$ 5,40	R\$ 5.184,00	R\$ 10.368,00
	16	Refrigerante guaraná normal - Lata 330 ml	00001777-9	unid	408	816	R\$ 5,37	R\$ 2.190,96	R\$ 4.381,92
	17	Refrigerante guaraná zero - Lata 330 ml	00001777-9	unid	408	816	R\$ 5,41	R\$ 2.207,28	R\$ 4.414,56
	18	Sanduíche de frango	00001777-9	unid	192	384	R\$ 11,89	R\$ 2.282,88	R\$ 4.565,76
	19	Sanduíche de peito de peru	00001777-9	unid	192	384	R\$ 10,85	R\$ 2.083,20	R\$ 4.166,40
	20	Sanduíche misto	00001777-9	unid	480	960	R\$ 6,80	R\$ 3.264,00	R\$ 6.528,00
	21	Sanduíche Natural	00001777-9	und	192	384	R\$ 10,97	R\$ 2.106,24	R\$ 4.212,48
	22	Serviço de entrega - <i>Handling</i> (pequeno porte)	00001777-9	unid	144	288	R\$ 61,68	R\$ 8.881,92	R\$ 17.763,84
	23	Suco natural de laranja 1lt	00001777-9	unid	312	624	R\$ 12,93	R\$ 4.034,16	R\$ 8.068,32
	24	Sucos de sabores variados e diet - 1 Litro	00001777-9	unid	312	624	R\$ 12,79	R\$ 3.990,48	R\$ 7.980,96
	25	Mix de Castanhas Pct 200g	00001777-9	unid	200	400	R\$ 23,28	R\$ 4.656,00	R\$ 9.312,00
	26	Amendoim 40g	00001777-9	unid	200	400	R\$ 5,53	R\$ 1.106,00	R\$ 2.212,00
	27	Barra de Cereal sem Açúcar	00001777-9	unid	200	400	R\$ 5,80	R\$ 1.160,00	R\$ 2.320,00
	28	Achocolatado em Pó Lata 400GR - Referência Nescau Ou Equivalente, similar ou de melhor qualidade	00001777-9	und	24	48	R\$ 7,04	R\$ 168,96	R\$ 337,92

29	Leite Integral 1L	00001777-9	unid	50	100	R\$ 8,50	R\$ 425,00	R\$ 850,00
30	Leite sem Lactose 1L	00001777-9	unid	15	30	R\$ 19,26	R\$ 288,90	R\$ 577,80
31	Leite em Pó Lata 400GR	00001777-9	Unid	24	48	R\$ 26,39	R\$ 633,36	R\$ 1.266,72
TOTAL GERAL							R\$ 126.450,94	R\$ 252.901,88

10.3. Com base no relatório de viagens de janeiro a junho de 2023, os MT e MPOR, juntamente com os Ministros responsáveis, realizaram aproximadamente 84 viagens. Durante essas viagens, houve a necessidade de consumo de refeições, tanto no itinerário de ida quanto no de retorno. As aeronaves da FAB suportam em média 15 passageiros.

10.4. A descrição do serviço, constante deste instrumento, foi feita de maneira genérica e as especificações utilizadas são de serviço comum no mercado nacional, bem como o código utilizado pelo Sistema Catalogação de Serviço (CATSER) do Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais (SIASG), de forma que permita a maior participação possível de empresas no certame.

10.5. O CATSER é um módulo do SIASG, que, nos termos do art. 1º, inciso III, da IN nº 1 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), de 8 de agosto de 2002, “permite a catalogação dos serviços destinados às atividades fins e meios da Administração Pública Federal, de acordo com critérios adotados no Federal Supply Classifica onde a identificação dos itens Catalogados com os padrões de desempenho desejados”.

10.6. O quantitativo é meramente estimativo, considerando a imprevisibilidade do objeto, podendo haver variações nas quantidades solicitadas dos itens, desde que respeitado como limite de execução anual do ajuste o orçamento total previsto para 12 (doze) meses de vigência contratual.

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 252.901,88

11.1. O valor que atenderá à pretendida contratação está previsto anualmente em R\$ 126.450,94 (Cento e vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais e noventa e quatro centavos) e decorrerá de recursos específicos do Ministério dos Transportes e eventualmente do Ministério de Portos e Aeroportos caso este passe a ter uma unidade gestora. A estimativa do valor total para dois anos é de **R\$ 252.901,88 (Duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e um reais e oitenta e oito centavos).**

1.1.1. O valor total da contratação é estimado, visto que os pagamentos serão realizados apenas sobre os itens que forem efetivamente demandados e definitivamente recebidos, conforme o inciso VI do § 1º da Lei 14.133 /21 e o artigo 7º, inciso VI da IN 40/2020.

11.2. A pesquisa foi realizada de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, mais especificamente no seu Art. 5º:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

12.1. Em conformidade inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e [art. 9º, inciso VII, da IN 58/2022](#), objetivando atingir economicidade na contratação, entende-se que a prestação do serviço por único fornecedor implicará em menor custo, em contraposição à aquisição ou contratação.

12.2. O parcelamento da solução na contratação dos serviços de comissaria não é vantajosa para estes MT e MPOR, na medida em que sua divisão não se mostra interessante, por não se apresentar economicamente viável, com possibilidade de perda de escala, tendo melhor aproveitamento do mercado nessa fórmula e, consequentemente, menores valores quando realizada a compra conjunta da solução, em atendimento à Súmula 247 do TCU: "É imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala."

12.3. Nesse sentido, os itens foram agrupados, pois a contratação de serviço contínuo e permanente em foco amolda-se em maior uniformidade de execução caso seja prestada por única empresa, haja vista questões ligadas à logística de operação, custos gerenciais e administrativos, padronização dos serviços, qualidade e tempestividade na entrega.

12.4. Tal opção se mostra vantajosa para a Administração, uma vez que além da diminuição dos custos, em decorrência da gestão centralizada, facilita-se o controle do Contrato pela Administração. Assim, busca-se a garantia de qualidade e economicidade.

12.5. Ademais, tendo em conta que os serviços previstos nesta pretensa contratação são interligados, a apuração de responsabilidade tornar-se-ia inviável, com a possibilidade de os fornecedores divergirem um do outro, sem que se apresentasse a pronta e imediata solução imprescindível à continuidade do serviço. Desta forma, fica evidenciado para a Administração que o emprego desta metodologia traria mais benefícios e vantagens com a instrumentalização e controle de somente um contrato para a execução dos serviços de comissaria.

12.6. Assim, ainda que, em regra, o objeto das licitações deva ser adjudicado por item com o intuito inicial de ampliar o acesso e a competitividade, na contratação em questão não se verifica a viabilidade econômica para tal feito. Isso ocorre porque com o agrupamento desses itens tem-se a possibilidade de obter menores preços

finais ou maiores percentuais de desconto, pois se recai na regra da economia de escala, onde uma quantidade maior ofertada pode significar uma redução do preço, que nesse caso é necessariamente vantajoso para a Administração.

12.7. Portanto, “in casu”, observa-se que a eventual licitação por itens ou grupos menores poderia incorrer em diversas implicações prejudiciais à Administração, pois se houvesse uma empresa diferente para cada item, além de ser menos atrativo para os eventuais interessados, também oneraria o procedimento, uma vez que adviriam diversos contratos com as respectivas publicações, o que resulta em uma dificuldade maior de fiscalização contratual.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

13.1. No presente caso, não serão realizadas contratações correlatas e/ou interdependentes, conforme estabelecido no inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e no art. 9º, inciso VIII, da IN 58/2022. Visto que os serviços em questão serão contratados de forma independente e individualizada.

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

14.1. As contratações públicas são consideradas como instrumentos relevantes para a realização das políticas públicas. Nesse sentido, o alinhamento com os planejamentos estratégicos dos órgãos são vitais para o alcance de resultados efetivos da organização tanto quanto para a entrega de produtos à sociedade. Essa visão consagra a logística como um aliado da organização, uma vez que não há como cingir o alcance da missão institucional e a implementação de políticas públicas, sem uma logística adequada e estruturada que lhe dê suporte.

14.2. Por se tratar de serviço de comissaria de bordo, que tem como função atender às demandas dos MT e MPOR, no que diz respeito à alimentação e bem estar dos Senhores Ministros e suas comitivas em voos oficiais nacionais e internacionais, o objeto a ser contratado está relacionado ao Planejamento Estratégico destas Pastas no que diz respeito ao fundamento de Aprimoramento da Gestão da Logística e a Infraestrutura Interna.

14.3. Devido à relevância da comissaria para voos oficiais da FAB, a demanda está inclusa no PCA - Plano de Contratação Anual para execução no presente exercício de 2023, com vista a atender às necessidades logísticas e garantir a efetividade das políticas públicas destes Ministérios.

15. Consórcio, Cooperativa e Subcontratação

15.1. A admissão de consórcios em licitações se constitui em exceção prevista no Art. 15, da Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, há casos em que a formação de consórcios pode contribuir para a redução do universo da disputa, da mesma forma em que observando a realidade de um objeto envolto de certa complexidade, a associação tenderia à ampliação da competitividade no certame. Assim, ao sopesar as peculiaridades do objeto a que se pretende contratar e a comprovação histórica de que empresas participantes isoladamente conseguem garantir a competitividade do certame e a fiel execução do objeto, a proibição de consórcio neste certame deve ser entendida como segurança ao interesse público.

15.2. Dessa forma, não poderão participar do certame as empresas que estejam reunidas em consórcio, e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.

15.3. Tal vedação deve-se pelo fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, ampliando sobremodo a competitividade do certame.

15.4. Conforme entendimentos da Corte de Contas, configura-se a discricionariedade da Administração, sem, no entanto, restringir a competitividade, o que ao caso se percebe, haja vista o objeto ora contratado não possuir como característica serviços picos de perfil técnico diferenciado que necessitem a junção de empresas para a perfeita e fiel execução contratual.

15.5. Quanto às cooperativas, diz o Acórdão n.º 975/2005 - Segunda Câmara - TCU que:

Defina, quando da realização de licitações para contratação de mão-de-obra terceirizável, a forma pela qual o labor será executado com supedâneo em contratações anteriores. Se ficar patente que essas atividades ocorrem, no mais das vezes, na presença do vínculo de subordinação entre o trabalhador e o fornecedor de serviços, deve o edital ser expresse (e fundamentado) quanto a esse ponto, o que autorizará a vedação à participação de cooperativas de trabalho, ou de mão-de-obra, de acordo com entendimento firmado no Acórdão nº 1815/2003 – Plenário – TCU.

15.6. Assim, não poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o entendimento explanado acima, bem como considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União e ao disposto no art. 10 da IN 05, de 26 de maio de 2017 e por considerar que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados.

15.7. Ademais, não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. Destaca-se que inexistem quadros funcionais típicos MT e MPOR para a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes de acordo com as disposições do Inciso IX do § 1º do Art. 18 da Lei 14.133/21 e do Art. 7º, inciso X da IN 40/2020:

16.1.2. Busca-se pela qualidade e melhores custos para o fornecimento de bens materiais (fornecimento parcelado de refeições e lanches) de bordo;

16.1.3. Uniformização de procedimentos para realização de prestação de serviços em voos nacionais e internacionais;

16.1.4. Eficiência e especialização das atividades finalísticas;

16.1.5. Atendimento adequado e especializado a ser realizado por empresa que atua no ramo de prestação de serviços de comissaria;

16.1.6. Promoção do suporte logístico e operacional necessário para a realização e a organização direta da prestação de serviços de comissaria, sem necessidade de aquisição de materiais e produtos em excesso.

17. Providências a serem Adotadas

17.1. Não se aplica, uma vez que a CONTRATADA deverá realizar os serviços do objeto da contratação em instalações apropriadas, não sendo realizado nenhum serviço no ambiente desta Pasta, conforme as disposições do inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso X, da IN 58/2022.

18. Possíveis Impactos Ambientais

18.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 6ª Edição de setembro de 2023:

18.1.1. A CONTRATADA observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, a Resolução RDC ANVISA 182, de 2017, alterada pela RDC 331/2019 e Resolução RDC 173/2006 – bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

18.2. Os serviços deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade, assim como os descritos abaixo, quando possível:

18.2.1. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.

18.2.2. Realização de separação dos resíduos recicláveis descartados durante os voos.

18.2.3 Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

18.2.4. Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

18.3. Observar as demais diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar desta contratação.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

19.1. O planejamento das despesas decorrentes da aquisição do objeto deste instrumento está previsto nos recursos alocados a Administração ao MT.

19.2. O valor total da contratação trata-se de valor estimado, visto que os pagamentos serão realizados apenas sobre os itens que forem efetivamente demandados e definitivamente recebido.

19.3. Diante de toda a análise desenvolvida no estudo preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de prestação dos serviços, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação no formato indicado.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCO AURELIO CORREIA DE SOUZA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 19/02/2024 às 15:17:24.

VINICIUS CARVALHO REIS

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 19/02/2024 às 15:15:32.

**Anexo II - APENDICE II - ORDEM DE SERVICO DE
COMISSARIA.pdf**



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DO GABINETE DO MINISTRO

APÊNDICE II - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇOS DE COMISSARIA

Em conformidade com o Contrato nº /2023, solicitamos providenciar o cardápio abaixo, a ser servido na aeronave da FAB, que estará a serviço do Ministério dos Transportes/Ministério de Portos e Aeroportos.

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO			
Nº OS:		Unidade Requisitante:	
Data emissão:		Tipo de Aeronave:	
Contrato nº:		Processo nº:	
IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA			
Razão Social:			
Endereço:			
E-mail:			
DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS			
Serviço: Comissaria de Bordo			
Metodologia: Normal () Urgente ()			
Valor Total:			
Local de Embarque:			Data:
Horário de Entrega:			Trecho:
Quantidade de Passageiros:			
Nº item	Descrição/especificação	Quantidade	Observações

Consta esclarecer que o documento fiscal deverá ser apresentado após autorização do Ministério dos Transportes por meio do Instrumento de Medição dos Resultados – IMR, que conterà a relação das Ordens de Serviços emitidas durante o mês faturado.

A nota fiscal deverá ser discriminada e mencionar os dados desta Ordem de Serviços (O.S.) com data, trecho e dados do voo.

Brasília-DF, de 20__.

Atenciosamente,

Assinatura do Fiscal Técnico/Setorial ou representante (s) do Contratante

Anexo III - APENDICE III - IMR.pdf



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DO GABINETE DO MINISTRO

APÊNDICE III – MODELO DE ÍNDICE DE MEDIÇÃO DOS RESULTADOS - IMR

ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR	
Órgão/Unidade	
Nº do contrato:	
Fiscal/Responsável:	
Contratada:	
Mês de referência:	
INDICADOR 1 - CUMPRIMENTO DOS HORÁRIOS PRÉ-DETERMINADOS NAS SOLICITAÇÕES DE COMISSARIA.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento das exigências específicas sobre horários de entrega, de carregamento de aeronave e de descarregamento de aeronave.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrência.
Forma de acompanhamento	Pessoalmente pelos fiscais de contrato.
Periodicidade	Por pedido realizado, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidades de ocorrências registradas no mês de
	referência.
Início de vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixa de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 25 pontos 1 ocorrência = 15 pontos 2 ou mais ocorrências = 0 pontos
INDICADOR 2 - CONFEÇÃO DO CARDÁPIO DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DE COMISSARIA.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento das exigências específicas sobre cardápios detalhados de acordo com as solicitações.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrência.
Forma de acompanhamento	Pessoalmente pelos fiscais de contrato.
Periodicidade	Por pedido realizado, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de cálculo	Verificação das quantidades de ocorrências registradas no mês de referência.
Início de vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixa de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 25 pontos 1 ocorrência = 20 pontos 2 ocorrências = 15pontos 3 ocorrências = 10 pontos 4 ou mais ocorrências = 0 pontos



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DO GABINETE DO MINISTRO

INDICADOR 3 - LIMPEZA E HIGIENE DO LOCAL DE CONFEÇÃO DO SERVIÇO, BEM COMO DOS MEIOS DE TRANSPORTE, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS UTILIZADOS NA PRODUÇÃO.

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a segurança alimentar de passageiros e tripulantes.
Meta a cumprir	Impedir qualquer tipo de contaminação alimentar ou acidente de trabalho. Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrência.
Forma de acompanhamento	Pessoalmente pelos fiscais de contrato.
Periodicidade	Por pedido realizado, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidades de ocorrências registradas no mês de referência.
Início de vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixa de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 30 pontos 1 ocorrência = 0 pontos

INDICADOR 4 – QUALIDADE DO SERVIÇO.

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço
Meta a cumprir	Manter o nível máximo de qualidade.
Instrumento de medição	Pesquisa de satisfação por meio de formulário eletrônico ou pessoalmente pelo fiscal técnico.
Forma de acompanhamento	Aplicação de pesquisa de satisfação ou avaliação do fiscal técnico.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Soma das notas obtidas.
Início de vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixa de ajuste no pagamento	De 0 a 20 pontos. Verificar metodologia inserida abaixo da planilha de avaliação
Observação	Quesitos avaliados na pesquisa serão os constantes no formulário abaixo ou no formulário padrão elaborado pelo Ministério dos Transportes

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS
(Pesquisa de satisfação ou avaliação do fiscal)

	Grau de satisfação: 0 a 20	
Item	Descrição	Total de pontos a serem atribuídos pela fiscalização ou pelo usuário.
1	Harmonização de sabores	
2	Ornamentação dos pratos	
3	Quantidade oferecida	
4	Qualidade dos ingredientes	
5	Qualidade dos utensílios (descartáveis e louças)	
	PONTUAÇÃO TOTAL	



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DO GABINETE DO MINISTRO

FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO	
Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto
De 70 a 79 pontos	97% do valor previsto
De 60 a 69 pontos	95% do valor previsto
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto
De 40 a 49 pontos	90% do valor previsto
Abaixo de 40 pontos	90% do valor previsto mais multa

RESUMO DAS ORDENS DE SERVIÇO DO MÊS FATURADO				
SEQ.	Nº DA OS	DESTINO	DATA	VALOR (R\$)
1				
2				
3				
4				
5				

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE NOTA/DOCUMENTO FISCAL			
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	DESCRIÇÃO (C) / OBSERVAÇÃO	FAIXA IMR	VALOR MEDIDO (R\$)

Assinatura do Fiscal Técnico/Setorial ou representante (s) do Contratante